

PRECARIZAÇÃO E MAL-ESTAR DOCENTE EM UMA ESCOLA TÉCNICA NO ESTADO DO MARANHÃO: UM ESTUDO DE CASO

TEACHER PRECAUTION AND DISEASE IN A TECHNICAL SCHOOL IN THE STATE OF MARANHÃO: a case study

Maria Marlene Miranda Aguiar

Faculdade de Balsas, Balsas, MA, Brasil
Doutora em Educação nas Ciências. E-mail: marleneama@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5717-2493>

Maria Célia Dias de Castro

Universidade Estadual do Maranhão, Balsas, MA, Brasil
Doutora em Letras e Linguística. E-mail: maria.castro@uemasul.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-3346-5990>

Eva Teresinha de Oliveira Boff

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil
Doutora em Educação em Ciências. E-mail: evaboff@unijui.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-7266-9630>

Larissa Kny Cabreira

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil
Acadêmica de Enfermagem. E-mail: larissa.cabreira@sou.unijui.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-0099-9734>

Submissão: 04-03-2024

Aceite: 06-05-2024

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir a precarização das condições de trabalho de dez docentes e o sentimento de mal-estar que tem provocado agravos à saúde desses profissionais. A profissão docente, em alguns momentos, tem enfrentado submissão, sentimento de desvalorização e, conseqüentemente, sofrimento oriundos das exigências provocadas pelas novas formas de gestão escolar. O viés mercadológico impregnado no sistema de ensino exige o alcance de metas mensuradas pelos organismos de monitoramento do desempenho do estudante para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento ligado às políticas educacionais para atender à realidade brasileira e mundial. Nesse cenário, os alunos são convocados a participar dos conselhos de classe e para isso nem sempre estão devidamente preparados e maduros, o que pode causar sentimentos



de desconforto e embaraço aos docentes. Para este estudo, realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa e os dados foram gerados a partir das respostas de um questionário com perguntas aplicadas aos professores de uma escola técnica do estado do Maranhão. A apreensão é que os professores não sentem possuir autonomia suficiente para a execução e planejamento de suas atividades, pois estas são pensadas e planejadas de acordo com os interesses de uma ideologia dominante, cabendo-lhes executá-las conforme a conveniência gestada, culminando em um trabalho nem sempre bem contextualizado à realidade básica dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Precarização. Mal-estar Docente.

ABSTRACT: The objective of this paper is to discuss the precarious working conditions of ten teachers and the feeling of unease that has led to health problems for these professionals. The teaching profession has sometimes faced submission, a feeling of devaluation and, consequently, suffering as a result of the demands made by the new forms of school management. The market bias impregnated in the education system demands the achievement of targets measured by organisations monitoring student performance in order to adjust to the demands arising from the evolution of knowledge linked to educational policies to meet the Brazilian and global reality. In this scenario, students are called upon to take part in class councils and for this they are not always properly prepared and mature, which can cause feelings of discomfort and embarrassment for teachers. For this study, qualitative research was carried out and the data was generated from the responses to a questionnaire with questions applied to teachers at a public school in the state of Maranhão. The conclusion is that teachers do not feel they have enough autonomy to carry out and plan their activities, as these are thought up and planned according to the interests of a dominant ideology, and it is up to them to carry them out according to their convenience, culminating in work that is not always well contextualised to the basic reality of the students.

KEYWORDS: Education. Precarisation. Teacher malaise.

Introdução

Tanto a literatura nacional como a internacional reconhecem a qualidade do trabalho do professor como elemento indispensável para a melhoria no desempenho dos alunos e como contribuição para propiciar a eliminação das desigualdades socioeconômicas e de aprendizagem ao redor do mundo. Mas o que transparece diante de todos é um professor sobrecarregado de trabalho, sem tempo para descanso, alimentação, lazer e com salários insuficientes para sua sobrevivência. Além disso, percebe-se por parte de alguns professores grande insegurança em função do medo pelo julgamento, por vezes dos próprios pares para isso legitimados, e certa prática em que esses profissionais são desconsiderados nas relações pedagógicas, a partir de uma representação hierárquica, considerando-se esse medo pelo julgamento dos outros como sentimento gerado diante da exposição ao olhar legitimado dos outros professores de uma instituição de ensino (neste estudo denominada “Escola Técnica”).

Assim, muitas escolas continuam hierarquizadas. A função do professor é a de oferecer o melhor serviço a esses alunos e as instituições de ensino são avaliadas sobre a eficácia de ajustar

os estudantes ao mercado de trabalho. Fica difícil saber qual lugar realmente o professor ocupa na escola, pois nessa lógica mercadológica o professor não tem voz, “o aprendente/consumidor está sempre com a razão” (Biesta, 2017, p. 38).

Esta pesquisa está sendo realizada a partir do ponto de vista daqueles que estão sentindo esses sentimentos de desconforto e mal-estar, ou seja, os professores. Em nosso estudo, busca-se investigar esses fenômenos, considerando as opiniões dos professores e, desse modo, propõe-se uma discussão e uma reflexão acerca dos sentidos atribuídos a essa prática como tática educacional. Nesse sentido, considera-se relevante a pesquisa desse tema, visto que essa prática, mesmo prejudicial à saúde dos professores, ainda se faz presente no cotidiano escolar. O objetivo é discutir a precarização das condições de trabalho docente e o sentimento de mal-estar que tem provocado profundos agravos à saúde desses profissionais.

Metodologia

A investigação realizada teve abordagem de natureza qualitativa tendo em vista o intuito de entender um fenômeno social partindo de uma realidade percebida a partir da interpretação dos pesquisadores (Bogdan; Biklein, 1994). A investigação é um estudo de caso por ser uma investigação empírica que pode ser utilizada para estudar situações dentro do seu contexto da vida real (Yin, 2005). No estudo de caso, os pesquisadores “começam pela recolha de dados, revendo-os e explorando-os, e vão tomando decisões acerca do objetivo do trabalho.” (Bogdan; Biklein, 1994, p. 89). O instrumento utilizado para a geração de dados foi o questionário, que se caracteriza por ser uma técnica de coleta de dados realizada por intermédio das respostas sem a presença do pesquisador (Marconi; Lakatos, 2013). Esse questionário foi constituído por vinte e três perguntas, sendo treze dissertativas e dez de múltipla escolha para compreender-se o grau de satisfação ou insatisfação dos professores com o trabalho docente. Além disso, para tentar-se entender como resulta o emocional desses profissionais quando são expostos nos conselhos de classe da “Escola Técnica” em que trabalham, onde são citados pelos alunos apenas os pontos negativos de suas aulas diante de todos os outros professores.

A escolha da escola aconteceu em função da dinâmica dos Conselhos de Classe, quando os docentes são expostos às situações vividas com as críticas realizadas pelos alunos diante de todos os agentes escolares (professores, gestores e alunos). A pesquisa foi realizada com dez professores, sendo sete do sexo feminino e três do masculino. Todos os colaboradores estavam de comum acordo em responder o questionário, por acreditarem que este trabalho poderia contribuir para amenizar-lhes o sofrimento nesses conselhos.

Para preservar a identidade da escola, utilizamos o nome fictício de “Escola Técnica” e os professores receberam a denominação de P1, P2, P3 e assim sucessivamente.

Resultados e discussões

A voz dos professores sobre a profissão docente

Os professores que participaram da pesquisa têm idade entre 30 a 60 anos, sendo que 80% deles trabalham em apenas uma escola, e 20% em duas escolas. Ainda, 80% ministram 26 aulas semanalmente e 20% dos entrevistados ministram apenas 13 aulas semanais.

Diante dos inúmeros desafios vividos pelos docentes, ao serem questionados se estavam satisfeitos com a profissão, a maioria, cerca de 70% afirmaram que não, e apenas 30% afirmaram positivamente. Os que justificaram a resposta foram 60%. Conforme indicado a seguir, os satisfeitos com a profissão disseram: “Satisfeito em poder ajudar os alunos a crescerem no conhecimento” (P1); “a educação melhora a vida das pessoas” (P2), “a sala de aula é o sacrário do conhecimento” (P3).

Segundo uma publicação no site da revista Exame, na data de 15 de outubro de 2023, Layane Serrano apontou as principais motivações da escolha da profissão docente, entre elas estão: gostar de lecionar, 27%; para melhorar a sociedade 25%, tinha vocação, 19%; um trabalho compatível com a minha formação, 16%; o principal são os alunos, 5%; não tive outras oportunidades, 4%; há mais tempo livre e mais férias, 2%; é uma carreira fácil, 2%; outra, 2%.

Já em relação aos professores que disseram estar insatisfeitos, eles justificam a resposta em função de: “O desinteresse dos alunos e a cobrança por parte da gestão” (P4), “muita coisa que eu não concordo na instituição” (P5), “situações desafiadoras” (P6).

Essas respostas são questões que influenciam sobre a satisfação no trabalho, assim como discutido por Borges (2020), que enfatiza que os professores são constantemente pressionados pela melhoria de aprendizagem do aluno, mesmo com salas superlotadas, falta de materiais didático-pedagógicos, alunos por vezes desinteressados, violentos, ausência de preocupação do coordenador pelo bem-estar da equipe dele, exposições e hostilidades, as quais são causas de inúmeras doenças nos docentes como enumera Borges (2020, p. 61): “lesão por esforço repetitivo/ distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho, depressão, síndrome do pânico, transtorno de ansiedade”, dentre outros. Esse processo de reorganização do sistema de acumulação capitalista trouxe vários problemas sobre as políticas educacionais, dentre eles a precarização e alheamento do trabalho docente.

Ao serem questionados se estavam satisfeitos com o salário, 90% responderam que não e apenas 10% responderam afirmativamente. Somente os que responderam negativamente justificaram suas respostas e disseram que: “o salário é insuficiente em relação ao aumento do custo de vida” (P1); “o salário é muito defasado em relação à inflação” (P2; P3), “muito trabalho e baixo salário” (P4, P5), e “baixo salário para o estresse” (P6).

Esta realidade também é discutida por Borges (2020), que destaca que o salário do professor é realmente insuficiente para suprir as necessidades básicas para a sobrevivência deles. Em função disso, são obrigados a trabalhar em duas ou três escolas, em cursinho pré-vestibular e ainda são responsabilizados quando os alunos não conseguem êxito nas avaliações externas, resultando em uma carga de trabalho exorbitante, tirando deles o tempo de convívio com a família, o lazer, o momento destinado à alimentação ou horas de descanso, fatos que acarretam consequências diretas para a saúde. Assim, um trabalho exaustivo e alheado escraviza homens

e mulheres porque falta criticidade aos professores em relação às exigências que lhes vêm sendo impostas pelas instâncias superiores, que seguem à risca as políticas neoliberais, que só pensam no ganho e no lucro. Segundo a autora supracitada, essas políticas “transformam o trabalho, fonte de riqueza e humanização, em sinônimo de dor, sofrimento, tortura, pobreza e desumanização, tornando os homens semelhantes aos animais e cada vez mais explorados uns pelos outros” (Borges, 2020, p. 59).

Ao serem questionados sobre qual a função e a importância dos professores para a sociedade, todos os 100% dos participantes responderam o questionamento afirmando: “Somos o pilar de todas as profissões” (P1), “formar estudantes críticos para transformar a sociedade” (P2, P3) “sem esse profissional não haveria desenvolvimento social e humano” (P4), “o professor é a base da sociedade” (P5, P6, P9, P10), “formar para a área de trabalho” (P8).

Estas respostas vão de encontro ao pensamento de Elacqua *et al* (2018), que afirma que a classe docente é a base da sociedade, é uma profissão que forma todas as outras profissões. O autor afirma ainda que o trabalho do professor melhora o desempenho dos alunos e é capaz de contribuir para a eliminação das persistentes desigualdades socioeconômicas e de aprendizagem na América Latina e no Caribe.

Ao serem questionados se os alunos valorizam o trabalho docente, 100% dos professores afirmaram que não, e 70% justificaram suas respostas nesses termos:

“Alguns, minoria” (P10), “infelizmente, a maioria não” (P2), “na atualidade, são poucos que valorizam; nem os alunos, nem as famílias, nem os governantes, ou seja, somos desvalorizados” (P1), “a cada dia que passa a sociedade juvenil está orientada a seguir padrões impostos pela mídia e meios de comunicação” (P9), “o professor perdeu o seu valor perante os alunos” (P3, P4, P5, P6, P7, P8).

Embora o Brasil tenha implementado políticas públicas para aumentar a valorização do magistério como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o piso salarial, pela Lei 11.738/2008, a criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Docência (PIBID), dentre outras, os professores ainda recebem salários inferiores a outros profissionais com formação acadêmica semelhante. Assim, a baixa eficácia escolar começa com o baixo prestígio da profissão docente, o que faz com que a referida profissão seja menos atraente e a maioria dos melhores candidatos escolha outras profissões. Nesse sentido, uma profissão não é prestigiada ou é considerada de baixo status quando é pouco valorizada pela população, como é o caso da profissão docente. Isso acontece pelo baixo investimento na formação de professores e por ser uma profissão mal remunerada. O que é mais desmotivador é que a remuneração do professor, desconsiderando uma política de benefícios mais interessantes, é pouco competitiva em relação a várias outras profissões, com planos de carreira pouco atrativos.

Além disso, a não atratividade pela profissão está relacionada com fatores como: infraestrutura e equipamentos escolares, ambiente de trabalho e segurança na escola, tamanho das turmas, horários de trabalho e falta de auxílios de outros profissionais (psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais). Nesse sentido, a Aguiar (2022), baseada no pensamento de Arroyo (2013), afirma que no Brasil a desvalorização da experiência da docência na educação básica não acontece apenas hoje. Ao longo da história essa profissão não mereceu o prestígio de uma experiência social, política e cultural séria e nobre. A instrução pública, privilégio de

poucos, destinava-se como o Ensino Fundamental da rede pública atualmente, aos coletivos trabalhadores marginalizados do poder. Nesse sentido, Arroyo (2013, p. 74) assevera que:

Todo serviço público para os coletivos populares não mereceu status de experiência, nem de instituição séria, nobre. Porque o próprio povo não foi levado a sério em nossa formação social, nem sequer republicana e democrática. A desvalorização do magistério público como da escola pública reflete a desvalorização dos trabalhadores e a precarização do trato dos coletivos populares ao longo da nossa história.

Isso acontece porque, mesmo na nossa democracia republicana, o poder nem sempre vem do povo nem de sua instrução, mas de outros mecanismos mais espúrios. Segundo Arroyo, (2013), às imagens sociais do magistério público primário, então, estão associadas às imagens negativas, inferiorizadas, dos trabalhadores e dos coletivos populares. A maioria dos docentes da educação pública primária, desde o Império e, depois, na República, vinha dos coletivos populares e não foi uma profissão de disputa das elites. Em razão disso, os saberes do magistério e da história desta profissão não são conhecimentos dignos de estar nos currículos porque as experiências da docência do ensino público básico foram desprestigiadas, inferiorizadas em nossa história social, cultural e intelectual. A profissão é desprestigiada porque os mestres trabalham com coletivos sociais inferiorizados e por serem oriundos das classes populares e de coletivos inferiorizados.

A desvalorização da profissão docente atinge o ponto mais alto, no período de redemocratização brasileira, com a elaboração de uma nova legislação educacional nas décadas de 1980 e 1990. Neste período, segundo Oliveira (2020), ocorreram muitas reformas com o argumento de melhoramento técnico para dar mais eficiência às áreas públicas, o que propiciou a desvalorização da carreira docente. De acordo com essa autora, a desvalorização aconteceu com a rápida expansão da cobertura escolar. Em pouquíssimo espaço de tempo foi necessário incorporar milhares de professores para lidarem com milhares de novos alunos e houve aumento nos programas de formação inicial sem preocupação com a qualidade da instrução, devido à urgência de posicionar os professores nas escolas. Os cursos de formação docente aligeirados, a grande expansão das licenciaturas a distância, a grande procura por licenciaturas em escolas particulares sem nenhum critério de seleção para ingresso nesses cursos marcou o primeiro abalo no prestígio da profissão docente, ainda com a crise econômica na América Latina, os salários dos professores foram rebaixados e não atraíram os profissionais talentosos.

Assim, segundo Elacqua *et al* (2018, p. 95), a imagem do professor na América Latina é conhecida como a de “um profissional mal remunerado, que trabalha em condições difíceis e que, independentemente da sua qualidade, se aposentará no mesmo cargo”, resultando na baixa procura pela carreira docente, como descrito a seguir:

Infelizmente, os sistemas educacionais da América Latina enfrentam muitas dificuldades em atrair, preparar e selecionar professores eficazes. O primeiro problema é o pouco interesse de candidatos talentosos em se tornarem professores, devido, em grande parte, aos baixos salários, bem como as difíceis condições de trabalho para exercer a profissão, especialmente, nas áreas urbanas periféricas e rurais. As dificuldades continuam com os programas de formação inicial, que não estão treinando professores com as habilidades necessárias para serem eficazes em sala de aula e são acentuadas pela seletividade relativamente baixa para entrar na profissão. (Elacqua *et al*, 2018, p. 197).

Sob esse olhar, tanto a literatura internacional como a nacional reconhecem o professor como elemento fundamental para que os alunos adquiram aprendizagem e habilidades necessárias nas instituições de ensino. Assim, é de primordial importância elaborar e implementar reformas nos sistemas educacionais para que eles possam “atrair, preparar e selecionar professores para o futuro. Só então, o status da profissão docente poderá ser transformado, a eficácia dos professores na região, elevada, e a aprendizagem dos alunos, aprimorada”. (Elacqua *et al* (2018, p.197). O que está a saltar aos olhos durante décadas é o desprestígio da profissão docente, em função da baixa qualidade na formação inicial e a redução dos salários deles.

Pelo exposto, é compreensível o fato de que, ao perguntar aos docentes por que pode faltar mais de 200 mil professores no ano de 2040, todos os dez professores tenham respondido afirmando:

“Porque não somos valorizados, não somos reconhecidos e nem respeitados, é uma profissão desprestigiada e a estrutura nacional é feita para enfraquecer o magistério” (P1, P3, P5), “desestímulo, cansaço, estresse, desvalorização salarial” (P2, P7, P8, P9), “por falta de valorização, somos mal remunerados e não existe investimento em qualificação profissional, a não ser que nos banquemos!” (P4, P6), “porque os que existem já estão esgotados e quem busca uma formação não quer ser professor” (P10).

Para Borges, embora a sociedade burguesa reconheça a contribuição da atuação dos professores na educação de crianças e jovens, essa classe continua desprezada, estigmatizada e desvalorizada por pais, alunos, gestores, Estado e pela sociedade. A autora afirma ainda que

A educação-mercadoria, fetichizada, sobrepõe-se ao próprio educador, que é coisificado, desprestigiado, desvalorizado. O fetichismo e a precarização de suas condições de trabalho geram um profundo desgaste no docente. Surge um intenso sentimento de mal-estar que termina por provocar desastrosos danos à saúde; seu trabalho passa a ser associado a sofrimento, submissão e tortura. (Borges, 2020, p. 69).

Os professores, ao serem questionados se têm autonomia para exercer a docência, todos, os 100% dos entrevistados, disseram que não, e 20% dos entrevistados justificaram suas respostas nessas palavras: “Não, porque estamos sujeitos a normas e a um sistema exigente” (P1), “não, porque não podemos dizer nada com os alunos porque os ofendem” (P2).

O trabalho docente é o sustentáculo da educação institucionalizada, porque são os educadores que lidam diretamente com os estudantes, “colocando-os em contato com os conteúdos e saberes necessários para sua atuação na sociedade” (Borges, 2020, p. 29). Mas os professores perderam a autonomia de ensinar, pois todo trabalho docente é controlado pelo setor pedagógico das instituições de ensino. Isso acontece porque o Estado controla com “mão de ferro” o cotidiano escolar. Nas palavras de Borges:

A divisão do trabalho constituiu-se como componente histórico-social indispensável à consolidação do seu controle. O trabalho dividido é facilmente controlado, coordenado e mais produtivo, conseqüentemente, mais alienado, pois não permite o desenvolvimento integral do trabalhador nem do trabalho. A cisão entre concepção e execução dos processos educativos leva à expropriação dos saberes docentes que, aliada ao esfacelamento do trabalho do professor em múltiplas funções dentro e fora da sala de aula, faz com que a tomada de consciência do trabalho como um todo não aconteça. Assim, o professor fica alienado da compreensão do papel do seu trabalho na sociedade em que está inserido e na formação do seu aluno (Borges, 2020, p.52).

A sobrecarga de trabalho dos professores, a responsabilização pelo insucesso escolar dos alunos, falta de reconhecimento da importância de seu papel como educador pela sociedade, incompreensões por parte dos gestores escolares geram “insatisfação, frustração, depressão, medo, angústia, ansiedade, culminando numa exaustão emocional e profissional” (Borges, 2020, p. 94). O professor realiza o trabalho dele na forma de trabalho assalariado, numa instituição de ensino da rede pública ou privada, assim ele assume a forma de uma mercadoria, fica exposto à lei de oferta e procura no mercado de trabalho, como trabalhador assalariado. O docente não possui autonomia para execução e planejamento do seu trabalho, pois seu trabalho é pensado e planejado de acordo com os interesses da ideologia dominante, cabendo a ele apenas executá-lo, culminando em um trabalho alienado. Embora a educação se configure como um dos bens mais preciosos da sociedade, o profissional do desenvolvimento humano é uma das classes mais desvalorizadas dessa mesma sociedade.

Na escola em que os 10 professores trabalham, os conselhos de classe têm a presença de alunos representantes de cada turma. Na opinião de 90% dos professores, as abordagens feitas pelos alunos aos professores, nos conselhos de classe, são desrespeitosas, apenas 10% afirmam que os alunos são orientados para esse momento. Dos 90% que afirmaram que os professores são desrespeitados pelos alunos nos conselhos de classe, apenas 50% justificaram suas respostas afirmando que:

“Os alunos não possuem capacidade para julgar os conteúdos programáticos de uma disciplina” (P1), “falta maturidade dos discentes para fazer uma avaliação coerente sobre o trabalho do professor em sala de aula” (P2, P3), “não querem estudar e jogam toda a culpa nos professores” (P4), “a maioria das avaliações são feitas de acordo com alguns desamores que os alunos têm pelo professor” (P5).

As falas dos professores demonstram que os alunos não têm maturidade ou não são preparados suficientemente para julgar a prática do professor em sala de aula e que, às vezes, procuram encontrar culpados pela falta de compromisso deles próprios como estudantes. Isso acontece, segundo o pensamento de Borges (2020, p. 69), porque os professores “são desrespeitados por pais, alunos e gestores, vivem em meio a uma cobrança, violência e competição exacerbados e carregam em seus ombros as mazelas de uma educação deformada e desestruturada”.

Ao serem questionados se houve alguma crítica desrespeitosa com ele ou com algum dos seus colegas nos conselhos de classe, 90% dos professores afirmaram que sim, e 10% afirmaram que não. Os que afirmaram positivamente descreveram seus sentimentos:

“Me senti desestimulada, mal, desconfortado, constrangido, apreensiva” (P1, P3, P4, P5, P6, P8), “sentimento de humilhação e enfraquecimento do profissional da educação” (P2), “humilhada, desrespeitada, desvalorizada e com sentimento de depressão” (P7, P9).

As falas dos professores demonstram que os conselhos de classe, na escola pesquisada, não estão sendo eficientes para propor alternativas de melhoria para o processo ensino aprendizagem. Este momento está sendo mais utilizados para criticar e expor o professor diante dos colegas. Em função disso, Harkot-de-La-Taille (1999, p. 56) afirma que, mesmo que a exposição não seja negativa, apenas o fato de expor alguém já é constrangedor. “A exposição pode ser vivida em intensidades diferentes: de uma forma suave, como desconforto, um embaraço ou até de uma maneira aguda, como uma tortura moral”.

O resultado das respostas dos professores, ao serem questionados se o modelo do conselho de classe que acontece na escola em que trabalham são importantes para o processo ensino aprendizagem, 80% deles disseram que não, 20% afirmaram positivamente. Dos 80% que responderam negativamente, 60% justificaram suas respostas:

“Falta critério para atingir os problemas reais, que é aprendizagem dos discentes com dificuldades e que não têm um bom desempenho acadêmico, falta filtragem do que os alunos podem falar ou não nestes conselhos ou um direcionamento que evitem desrespeitos” (P1, P2 P3), “não soma” (P4), “só serve para denegrir a imagem do professor, os alunos não podem ser ofendidos, não podemos dizer os deveres dos alunos” (P5, P6).

Consoante a opinião dos professores, as falas dos alunos nos conselhos de classe não são coerentes, e não resolvem os reais problemas fundantes da aprendizagem deles. O que realmente acontece são ofensas, desrespeitos. É necessário haver direcionamentos, uma filtragem para atingir as reais dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pois, de acordo Borges (2020, p. 85), “a ideologia esconde os conflitos no chão da escola, camuflando as péssimas condições de trabalho e colocando as responsabilidades sobre os ombros dos professores”.

Os professores foram questionados se quando são citados nos conselhos de classe da escola recebem acompanhamento pedagógico para a melhoria de metodologias em sala de aula. Todos os que responderam esse questionamento disseram que não, 30% justificaram suas respostas: “Não, na escola que trabalhei, até hoje, isso não é feito de forma adequada” (P1), “não, os coordenadores continuam sem fazer nada para a melhoria da prática docente” (P2), “não tenho conhecimento” (P3).

Com base na fala dos professores pesquisados, não há acompanhamento pedagógico a esses profissionais que são criticados nos conselhos de classe pelos alunos, eles continuam fazendo um trabalho isolado. No entendimento de Borges,

Ao se submeterem às políticas meritocráticas, os trabalhadores da educação não são livres, pois além de estarem submissos à vontade do Estado, às péssimas condições de trabalho, eles são forçados a produzirem mais, no sentido de gerar uma qualidade a mais no ensino por meio de sua prática isolada (Borges, 2020, p. 86).

Os professores foram interrogados, se as críticas dos alunos nos conselhos de classe contribuem para a melhoria do seu trabalho como professor. 50% responderam que não, 20% disseram que sim e 30% deram outras respostas. Os que responderam que não, apenas 20% justificaram suas respostas dizendo: “Não, até porque são levianos” (P1), “pouca coisa, na verdade as críticas são formas de vingança contra os profissionais de educação” (P2).

Os que responderam afirmativamente não justificaram suas respostas. Os que deram outras respostas disseram: “Quando respeitosa, creio que promove uma boa reflexão” (P3), “quando é uma crítica válida, sim, mas quando foge da competência do aluno, não contribui” (P4), “tenta-se esforçar ao máximo para agradecer aos estudantes” (P5).

Os professores deixaram bem claro, nesse questionamento, que a crítica dos alunos aos professores é uma forma de revanche contra os professores por algum motivo que os desagradaram. Outros assinalam que se a crítica fosse respeitosa, promoveria uma boa reflexão. Nesse questionamento, os professores participantes da pesquisa deixam bem nítido que esse momento não está sendo eficiente para a melhoria da prática docente. Isso acontece, segundo

Biesta (2017), porque na educação mercadológica o aluno torna-se consumidor; o professor, como provedor, aquele que existe para satisfazer as necessidades do aprendente, e a educação torna-se uma mercadoria a ser entregue pelo professor e a ser consumida pelo aluno.

Outro questionamento feito é se a gestão é solidária com os professores quando são criticados ou até desrespeitados nos conselhos de classe. 80% disseram que não, e 30% afirmaram positivamente. Dos 80% que responderam negativamente, 20% justificaram suas respostas: “Não, pelo contrário, a gestão fica sempre a favor do aluno” (P1), “só olham o lado do aluno, o professor é que adequa” (P2).

Neste questionamento, os professores deixam transparecer que as novas formas de gestão escolar não estão preocupadas com o bem-estar do profissional do desenvolvimento humano.

Os professores foram perguntados se quando recebiam críticas nos conselhos de classe da escola era passada a imagem para a gestão e para a comunidade escolar de que o docente não faz um bom trabalho na instituição. 70% dos professores afirmaram que sim, 30% disseram que nunca foram criticados nos conselhos de classe. Dos que responderam o questionamento positivamente, 50% justificaram suas respostas nessas palavras:

“Certamente, quando a crítica é feita de maneira pejorativa” (P1), “em parte sim” (P2), “geralmente é isso que se imagina” (P3), “na maioria das vezes sim, claro que tem os alunos que reconhecem o trabalho do professor, mas na avaliação não” (P4), “sim, não há formação para que o aluno possa aprender como lidar com um conselho ou outra reunião pedagógica” (P5).

Neste questionamento, os professores dizem que quando citados, expostos, criticados nos conselhos de classe, a crítica pode ser infundada, pode não passar de ilações ou fantasias; esses comentários negativos passam a imagem para a gestão escolar e para os agentes escolares presentes que esse profissional é um “péssimo” professor. De acordo com Harkot-de-La-Taille (1999, p. 41), isso acontece porque “na desonra, a imagem pública do sujeito é tudo e depende de sua conduta, mas depende também e, principalmente, da maneira como o grupo o vê e dela fala”.

Outro questionamento aos docentes diz respeito se as dificuldades dos alunos em determinada disciplina devem ser ditas para o professor para que sejam sanadas no âmbito da própria sala de aula. 90% dos docentes disseram que sim, apenas 10% disseram que não. Dos 90% que responderam positivamente, 50% justificaram suas respostas:

“De maneira particular com o professor, sim. Mas em público, não” (P1), “tem que ser uma ação conjunta da escola, principalmente gestão pedagógica, professor e a família também faz parte desse processo” (P2), “não adianta levar um problema para toda a escola, se os demais presentes não irão resolver, são soluções que devem ser encontradas entre coordenação e professor” (P3), “conversando com os alunos, ninguém é exposto e o problema pode ser resolvido entre as partes interessadas” (P4).

Para os 10% que responderam negativamente o questionamento, foi afirmado que “É uma estratégia de melhoramento posto que esse é espaço de ensino e aprendizagem de forma sistematizada” (P5).

Diante das respostas dos professores, as dificuldades relacionadas às disciplinas devem ser resolvidas no âmbito da própria sala de aula, entre aluno e professor; professor e coordenação pedagógica; alunos, professor, coordenação pedagógica e gestão e não expor os professores e

problemas relacionados aos componentes curriculares ao público, para toda a escola. Os problemas devem ser resolvidos entre as partes interessadas, para as partes que realmente estão com dificuldades. Para além disso, expor os problemas restritos a alguns professores e componentes curriculares para o público, no caso, os agentes escolares, em um conselho de classe, por exemplo, pode suceder o que Harkot-de-La-Taille (1999, p. 136) chamou de “vergonha por contágio - que é a vergonha de ver os outros passarem vergonha”.

A pesquisa pediu a opinião dos docentes sobre o fato de os alunos se utilizarem do espaço democrático nos conselhos de classe para falarem mal do professor como forma de vingança em relação aos professores mais enérgicos. 80% dos professores entrevistados responderam positivamente e 20% disseram que não. Dos que responderam positivamente, 40% justificaram suas respostas:

“Sim. O discurso é diferente no primeiro momento, mas o que na prática nos mostra é que o conselho é um momento em que o aluno aproveita para fazer a vingança contra professores que não são bem-vistos por parte deles, por motivos pessoais e nunca pedagógicos” (P1), “com certeza, são despreocupados, pois não entendem a importância do conselho” (P2), “às vezes passa essa sensação” (P3), “infelizmente muitos não têm a maturidade para separar o pessoal do profissional” (P4).

Na fala dos professores ficou nítido que os alunos não têm maturidade e nem preparação suficiente para julgar o trabalho docente em função de se aproveitarem desse espaço democrático do conselho de classe para criticarem os professores por motivos pessoais e não pedagógicos. Nesse sentido, Biesta (2017, P.85), baseado no pensamento de Bauman (1995), afirma que todas as comunidades produzem os seus estranhos e há duas maneiras diferentes de lidar com eles: antropofágica - devoradora de estranhos (homens) e antropoemética - vomitar os estranhos (exclusão); “a única opção a não ser considerada é a da coexistência permanente, viver com estranhos”.

Os professores foram perguntados como acontecem os conselhos de classe na escola em que trabalham. 100% responderam ao questionamento e o explicitaram nesses termos:

“Com a participação da gestão, professores e líderes de turma” (P1, P2, P3, P4, P5), “os alunos falam das disciplinas e nunca estão satisfeitos com as aulas” (P6), “são feitas coletivamente, com um representante de cada turma da escola, em meio a todos os professores da escola onde a direção e coordenação guiam os comentários e informações sobre o trabalho coletivo e individual de cada profissional da educação ali trabalhado. No final de duas ou três horas de profundo horror vexatório, são abertas a planilhas dos rendimentos dos alunos para comentários e possíveis intervenções que os mesmos professores envolvidos possam propor resoluções de problemas” (P7, P8), “os alunos só falam mal dos professores, sem eles terem direito de defesa” (P9), “e professores frente a frente” (P10).

Diante das falas anteriores, percebe-se a insatisfação dos professores pela forma com que acontecem os conselhos de classe na escola em que trabalham. Em função disso, Borges (2020, p.153) afirma que “os professores precisam de respeito, dignidade e valorização do trabalho realizado, tanto pelos alunos, como pais, gestores e pelo próprio Estado”.

Ao serem perguntados sobre como gostariam que acontecesse os conselhos de classe na escola onde trabalham, 100% dos participantes responderam ao questionamento como segue:

“Somente com professores” (P1), “Deveria ser feito um momento de escuta com os líderes de turma, onde eles passariam um relato dos alunos da turma para a gestão pedagógica e os professores sem nenhuma interferência no momento da fala dos alunos. Depois a gestão se reuniria com os professores para fazer as ponderações sobre a fala dos estudantes. Para evitar constrangimentos, a gestão pedagógica deveria adotar um momento de escuta só com os líderes de turma sem a presença dos professores e depois ela deveria chamar os professores individualmente para conversar sobre o relato dos estudantes. Será uma boa iniciativa” (P2), “retiraria a parte dos comentários dos alunos, e por área de atuação sentariam a coordenação e os professores envolvidos no processo para, individualmente, sem presença de alunos, ficarem a par dos possíveis problemas ocorrentes. Em seguida, continuaria com a reunião coletiva para análise do rendimento por turma e eventuais problemas pontuais, análise individual, pontual por turma” (P3), “permaneceriam os dois momentos (com alunos e depois somente com professores) com algumas alterações onde houvesse filtragem e correções do que seria dito pelos alunos para evitar desrespeitos e constrangimentos” (P4, P5), “a gestão fazer um momento de escuta com os líderes de turma sem a presença dos professores para evitar constrangimentos e depois a gestão faria as intervenções necessárias junto ao professor individualmente” (P6), “com a presença de alunos, só no começo do conselho mencionando os problemas gerais da sala” (P7), “com a participação dos alunos, porém que falassem sobre a turma e não sobre os professores” (P8), “dessa forma” (P9), “como antigamente” (P10).

Diante das falas dos professores, percebe-se que eles se sentem muito constrangidos com as críticas dos alunos diante de todos os agentes escolares. Harkot-de-La-Taille (1999, p. 41) corrobora com a fala dos personagens afirmando que “a desonra é tipicamente pública, por outro, ninguém é desonrado por algo secreto, jamais divulgado”.

Neste último questionamento aos docentes, foi perguntado se eles concordavam ou não com a publicação da Agência Brasil na data (15/10/23), que revela que 50% dos professores estão doentes, e a saúde mental desses profissionais está no topo das motivações dos afastamentos de sala de aula, como síndrome de burnout, estresse e depressão. Neste ponto, ressaltou-se que o adoecimento do professor é resultado de violência físico-intelectual, ameaças e incompreensão por parte da gestão escolar. Todos os professores que participaram desta pesquisa responderam essa questão. 90% concordam e 10% disseram que discordam, apenas com a palavra “não” (P1). Os 90% que concordam justificaram as respostas:

“Eu sei que a frustração dos professores após cada conselho é grande” (P2), “sim, há muito tempo essa situação ocorre nas escolas, em todo território nacional e passa-se ano após ano, e se repetem as mesmas dificuldades ainda a serem revistas e modificadas. Mas o desinteresse pela administração pública ou pelas escolas, diga-se de passagem, recorrente, não se tem o desejo de melhorar ou de transformar as problemáticas que se afirmar em dizer que é competência do professor, em sala, mas não se dá nenhuma ajuda ou formação para que haja uma solução significativa da problemática” (P3), “concordo plenamente, todos pensam no bem-estar dos alunos e esquecem os professores e professoras, não temos nem um tipo de acompanhamento” (P4), “concordo, pois é uma realidade muito comum nas escolas tanto públicas quanto particulares, onde o profissional professor se torna cada vez mais descartável por parte dos gestores em geral” (P5, P6), “infelizmente é uma situação já justificada pela pesquisa e que precisa ser combatida urgentemente, com a vivência do respeito em todas as partes envolvidas” (P7), “concordo, muitas vezes me sinto assim estressada e com momentos de tristeza” (P8, P9, P10).

Em função do adoecimento dos professores, nas escolas brasileiras, o Senado Federal criou a Lei de Nº 14.681, de 18 de setembro de 2023, que institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação.

Assim, as falas dos professores, nesta pesquisa, demonstram insatisfação com a profissão docente por se sentirem desvalorizados, sem autonomia para desenvolver seu trabalho na instituição de ensino por executarem um trabalho pensado e planejado por outrem. Enfim, executando um trabalho alheado, como descrito no item seguinte.

Trabalho e mal-estar docente

Segundo Borges (2020), a reestruturação produtiva do capitalismo, a pressão provocada pelas exigências das novas formas de gestão escolar e as péssimas condições do trabalho favorecem o aparecimento dos mais diversos tipos de doenças nos docentes. Nesse sentido, segundo a autora, os trabalhadores da educação também são afetados pelas formas de organização produtiva que produzem sofrimento e degradação da vida humana.

Diante do exposto, Aguiar (2022), baseado no pensamento de Apple (2017), afirma que a destruição institucional e o descarte de professores para que todos sejam eficientes e eficazes não resolve os problemas da educação, pois tais políticas não funcionam em meio ao público geral com tanta facilidade quanto em relação aos defensores da perspectiva do mercado, ao assumirem seus sonhos utópicos de eficiência e responsabilidade. Apple (2017, p. 19) assevera, ainda, que “essas políticas tanto em âmbito nacional como internacional têm reproduzido mais desigualdades do que as já existentes”.

Assim, para que os objetivos dos defensores do mercado sejam alcançados, segundo Borges (2020), os professores são pressionados pela melhoria de aprendizagem do aluno, quaisquer que sejam as dificuldades socioeducacionais que se apresentem a esse profissional.

Mas, essa valorização do produto do trabalho docente é controversa, pois o resultado da atuação do professor é a apropriação do saber pelo aluno, incorporando-o à sua personalidade. Sabe-se que, para o sistema do capital, o saber válido é aquele vinculado à formação de um indivíduo consumidor, empregável, competitivo e individualista, “Um ser acrítico que se molde docilmente às exigências do mercado” (Borges, 2020, p. 69). Assim, ser um “bom profissional” atualmente é ajustar-se, conformado as ideologias difundidas nas instituições escolares, seja referente à metodologia de ensino ou referente à gestão administrativa escolar.

Além disso, é relevante compreender como os professores se sentem quando são expostos nos conselhos de classe de uma “Escola Técnica”, no estado do Maranhão, e compreender o que os sentimentos de vergonha, humilhação, rebaixamento moral, desonra, dentre outros causam nos professores dessa referida escola.

Sentimento docente e os conselhos de classe

É impossível pensar em uma sociedade desenvolvida sem associá-la ao trabalho do professor. É comum ouvir alunos afirmarem que determinado professor o motivou a continuar os estudos, contribuiu de uma forma ou de outra para seu sucesso profissional e pessoal. Entretanto, atualmente alguns professores, ao participarem do instrumento didático conselho de classe, em

nome de uma eficiência na educação nem sempre tão embasada, sentem-se constrangidos ao serem avaliados pelos alunos.

Os professores estão rodeados de todos os problemas que impactam diretamente o trabalho deles nas instituições de ensino (Frigotto, 2007). Esses problemas já apontados são responsáveis por 50% do adoecimento docente, conforme publicação da Agência Brasil, em (Brasil, 2023). Assim, a ideologia da meritocracia camufla as difíceis condições de trabalho nas instituições de ensino, colocando a responsabilidade por muitas mazelas da educação sobre os professores. Nessa lógica, segundo Borges (2020), a educação reduz o aluno de cidadão a cliente. A função do professor é a de oferecer o melhor serviço a esses alunos. Biesta (2017) corrobora com Borges (2020) afirmando que a educação tem cedido aos anseios da economia, em que o aprendiz é o consumidor – aquele que tem “necessidades”, o professor é o provedor – aquele que existe para satisfazer as necessidades do aprendiz e, em que a educação se torna uma mercadoria – “uma coisa” – a ser entregue pelo professor a ser consumida pelo aluno. Nas palavras de Biesta:

Essa é a lógica que existe por trás da ideia de que as instituições educacionais e os educadores individuais devem ser flexíveis, que devem responder às necessidades dos aprendizes, que devem dar a seus aprendizes *value for Money* [bom uso do dinheiro], e talvez até devem operar segundo o princípio de que o aprendiz/consumidor está sempre com a razão (Biesta, 2017, p. 38).

É nesse cenário mercadológico que alguns professores se sentem em situações vexatórias, desrespeitados, envergonhados ao serem expostos e agredidos verbalmente pelos alunos em nome da qualidade da educação.

O conceito de *vergonha* recobre um campo amplo e rico de significados. Para o dicionário Aurélio online significa:

desonra humilhante, opróbrio, ignomínia, degradação; sentimento penoso de desonra, humilhação ou rebaixamento diante de outrem; sentimento penoso de inferioridade, de indignidade diante de sua própria consciência, ou rebaixamento na opinião dos outros; sentimento de insegurança provocado pelo medo do ridículo, por escrúpulos; timidez, acanhamento; pudor, brio, honra. (dicionário online)

Segundo Harkot-de-La-Taille (1999), há dois tipos de vergonha: a posterior e a anterior. A posterior ao acontecimento é o sentimento penoso de desonra, de inferioridade diante de outrem ou da própria consciência, vivida com tristeza, desespero e fuga. A anterior é o receio de expor-se, de ser objeto do juízo de outrem, o sujeito vive com medo e angústia da possibilidade de algum problema que venha ferir a honra dele. A vergonha ainda se estabelece no encontro de duas configurações passionais: a da inferioridade e a da exposição. A primeira traduz a relação do sujeito com a imagem que se acreditava capaz de projetar, e a segunda diz respeito à relação sujeito/objeto socioletal. A imagem que tenho de mim pode ruir com a projeção da imagem que as outras pessoas têm de mim. Assim, o encontro dos sentimentos de inferioridade e de exposição provocam vergonha. Nesse sentido, Bourdieu (1968) ilustra bem a questão da exposição com a história do homem de Cabília, que quando estava na prisão, não sentiu vergonha dos outros presos e das autoridades francesas, sentiu vergonha do seu público (amigos e familiares), das pessoas que o conheciam poderem vê-lo sem bigode. É em função da exposição que a “desonra é tipicamente da esfera pública, por outro, ninguém é desonrado por algo secreto, jamais divulgado” (Harkot-

de-La-Taille, 1999, p. 41). A exposição é sempre desagradável e caracterizada pelo medo da exposição desfavorável realizada pelo outro, que tem poder legitimado para julgá-lo. Quando a “boa imagem” que o sujeito tem de si é quebrada pela opinião alheia, o sujeito sente vergonha e sofre porque não basta a pessoa ser “boa”, “honesta”, ela precisa também ser reconhecida como “boa” e “honesta”, ela precisa ter uma imagem positiva diante dos outros.

A vergonha sofrida e assumida pelo sujeito psicológico pode ser superada de três maneiras: através de esquecimento/negação (o sujeito esquece ou nega para si mesmo a projeção de uma imagem inferior à boa imagem), do humor (o sujeito rir de si mesmo e junta-se aos outros que o vêem ou os convidam a rir do seu infortúnio, faz parecer que o acontecimento está distante da sua “boa imagem”), ou da confissão (procura confessar-se, quer ser perdoado e aceito).

Segundo Lewis (1992) e Wurmser (1981), quando a vergonha não é assumida, ela tende a ser reprimida e transformada em outro sentimento, tristeza nas mulheres ou raiva nos homens. A exposição repetida e prolongada pode transformar a tristeza em depressão, e a raiva em fúria. Este estado emocional é difícil de ser controlado. Além disso, de acordo com Dostoiévski (1963), a pessoa envergonhada e humilhada desconta sua raiva numa pessoa mais fraca, que não pode reagir. Em suma, “um dos estados iniciais e característicos do sujeito envergonhado é a confusão mental” (Harkot-de-La-Taille, 1999, p.129). A referida autora, baseada no pensamento de Greimas e Fontanille (1991), Shreve e Kunkel (1991) e Klein (1991), afirma que a vergonha pode afetar o sujeito em vários níveis de profundidade, desde o desconforto ou insegurança, até mesmo em um profundo interesse de desaparecer. Além disso, o sujeito envergonhado pode optar pela aniquilação do ser (suicídio) e ainda questionar o valor do valor “solução responsável pelo abandono do quadro axiológico subjacente à vergonha” (Harkot-de-La-Taille, 1999, p.131).

Diante dos problemas relatados nesta pesquisa pelos professores como a precarização do ensino, desvalorização, baixo salário, adoecimento docente, vergonha, dentre outros, é importante ressaltar que os professores consideram o trabalho deles de suma importância para o desenvolvimento dos alunos e para a transformação da sociedade.

Considerações finais

Verificou-se, nesta pesquisa, que a profissão docente vem sendo desprestigiada desde a colonização do Brasil. Mas, essa desvalorização atingiu o ponto mais alto, segundo Oliveira (2020), no período de redemocratização brasileira, com a elaboração de uma legislação educacional nas décadas de 1980 e 1990, período em que ocorreu a rápida expansão da cobertura escolar.

Os baixos salários, as condições de trabalho, falta de conhecimento da importância da função do educador para a sociedade, indisciplina e falta de interesse dos alunos pelo aprendizado e, por vezes, e a incompreensão dos gestores escolares são fatores que afetam a saúde dos docentes. Além disso, não é incomum o docente executar um trabalho alheado ao que o aluno realmente necessita pelo fato de ter sido pensado e planejado em consonância com ideologia dominante.

Diante do exposto, procurou-se discutir essas situações de precarização do trabalho docente e o sentimento de mal-estar com isso provocado nas relações pedagógicas, no interior dessa escola, causando agravos à saúde desses profissionais, bem como entender os sentimentos

dos professores em relação às exposições a que são submetidos em conselhos de classe de uma “Escola Técnica” no Maranhão.

Por meio das repostas do questionário, ficou nítido que a grande maioria dos professores, cerca de (90%), está insatisfeita com a profissão e apontam principalmente o salário insuficiente para suprir suas necessidades básicas. Embora sejam submetidos a situações que lhes causam desagrado e embaraço, práticas corriqueiras no cotidiano escolar, responsável pelo enfraquecimento pedagógico e adoecimento, reconhecem a profissão como fundante no processo de transformação social (Lima et al, 2023).

A pesquisa apresenta os professores como uma classe muito insatisfeita com a profissão docente. Em função disso, a maioria dos participantes, cerca de (90%), declararam que escolheriam outra profissão em vez do magistério, por não terem autonomia para exercer a docência, por serem expostos às situações desagradáveis já descritas. Além disso, na opinião dos docentes, esses modelos de conselhos de classe não são relevantes para o processo ensino aprendizagem e não contribuem para a melhoria do trabalho deles como professor. E ainda, percebem que a gestão nem sempre é solidária aos professores quando são expostos nos conselhos de classe. Mesmo diante de todas as dificuldades vividas com as exposições nesses conselhos, não é realizado nenhum acompanhamento pedagógico com os professores durante o período. A sugestão dos professores é que as críticas relacionadas a determinada disciplina deve ser sanadas com o professor no âmbito da própria sala de aula, que os alunos não têm maturidade e nem preparo suficiente para avaliar a prática docente.

Diante disso, é necessário que haja uma preparação para que a fala dos alunos não seja desrespeitosa e não seja motivo de constrangimento e sofrimento para os profissionais do desenvolvimento humano que tanto se dedicam para o bem-estar dos alunos, pois a ideologia da meritocracia, conforme Borges (2020), esconde os conflitos da escola e coloca todas as responsabilidades das mazelas da educação nos ombros dos docentes. Além disso, todos os professores participantes da pesquisa, gostariam que os alunos manifestassem as dificuldades deles em relação aos componentes curriculares somente com os professores, individualmente, para que os professores não fossem expostos e constrangidos em público.

Referências

AGUIAR, Maria Marlene. **A Escola como Espaço de Transformação Social: uma perspectiva de produção coletiva de práticas pedagógicas emancipatórias.** Tese de Doutorado Interinstitucional. Unijuí/Unibalsas, 2022.

APPLE, Michael W. **A educação pode mudar a sociedade?** Tradução Lilia Loman. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BALARDIM, Graziela. **Conselho de classe: o que é, qual é sua função e como organizá-lo.** [S. l.], 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.clipescola.com/conselho-de-classe/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BAUMAN, Z. **Making and unmaking of strangers**. In BEILHARZ, P. (Ed.) *The Bauman reader*: Oxford: Blackwell, 1995.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017

BOGDAN, R. C. & BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Ed., 1994.

BORGES, Kamylla Pereira. **Trabalho, precarização e adoecimento docente**. 1.ed.-Curitiba: Appris, 2020.

BRASIL. Procuradoria Geral da República. **Lei que prevê reajuste anual do piso salarial nacional dos professores da educação básica**. [S. l.], 20 abr. 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/lei-que-preve-reajuste-anual-do-piso-salarial-nacional-dos-professores-da-educacao-basica-tem-plena-eficacia-defende-1a-camara-do-mpf#:~:text=A%20Lei%2011.738%2F2008%2C%20que,efic%C3%A1cia%20no%20ordenamento%20jur%C3%ADdico%20nacional>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Piso Salarial Profissional Nacional – Lei nº 11.738, de 16/7/2008**. [S. l.], 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12253. Acesso em: 3 fev. 2024.

ELACQUA, Gregory; HINCAPIE, Diana; VEGAS, Emiliana; ALFONSO, Mariana. **Profissão professor na América Latina: Por que a docência perdeu prestígio e como recuperá-lo?**. [S. l.]: BID, Julho 2018. 277 p. DOI <http://dx.doi.org/10.18235/0001172>. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/profesion-profesor-en-america-latina-por-que-se-perdio-el-prestigio-docente-y-como-recuperarlo-0>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FRIGOTTO, G. **Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados**. Trabalho, educação e saúde, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 521-536, nov. 2007.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J.- **Sémiotique des Passions**. Paris: Seuil, 1991

HARKOT-DE-LA-Taille, Elizabeth. **Ensaio Semiótico sobre a vergonha**- São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999

KLEIN, Donalt, C. **“The Humiliation Dynamic: na overview”**. The Journal of Primary Prevention, Vol. 12, n2, 1991

LEI Nº 14.681, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023 Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023-09-18;14681>. Acesso em 22/01/2024.

LEWIS, Michael -**Shame: the exposed self**: New York: The Free Press, 1992.

LIMA, Cleiton Faria; REIMBERG, Cristiane Oliveira; SILVA, Jefferson Peixoto da; LORENZI, Ricardo Luiz. **Seminários Trabalho e Saúde dos Professores**. Precarização, adoecimento & caminhos para a mudança. – São Paulo : Fundacentro, 2023.

MAGNATA, R. C. V., & SANTOS, A. L. F. DOS. (2015). **Avaliação formativa da aprendizagem: a experiência do conselho de classe**. Estudos Em Avaliação Educacional, 26(63), 768–802. <https://doi.org/10.18222/ea.v26i63.3253>

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas. 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia**. Revista USP, São Paulo, n. 127, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180037/166654> Acesso em: 26 maio. 2021.

RIBEIRO, Debora. **Vergonha: Significado da palavra vergonha**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vergonha/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SERRANO, Layane. **Dia do Professor: Quais são os desafios e expectativas dos docentes para os próximos anos no Brasil?**. Revista Exame, 15 out. 2023. Disponível em: <https://exame.com/carreira/dia-do-professor-quais-sao-os-desafios-e-expectativas-dos-docentes-para-os-proximos-anos-no-brasil/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

WURMSER, Léon – **The mask of shame**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1981.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.